

*Paulo Eduardo Guimarães, Indústria e Conflito no Meio Rural: os Mineiros Alentejanos (1858-1938),* Lisboa, Ed. Colibri/CIHCSVE, 2001, 366 páginas.

A presente obra de Paulo Guimarães — assistente do Departamen-

to de História da Universidade de Évora — corresponde à tese de mestrado defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa há já alguns anos. Neste caso, a concretização da sua publicação valeu bem a demora, pois trata-se de um trabalho de investigação de elevado mérito.

O objecto de estudo é constituído pelas comunidades mineiras do Alentejo num tempo que vem desde o início de uma exploração moderna (industrial e capitalista) da extracção mineral, em meados do século XIX, até à segunda guerra mundial. E a análise é conduzida segundo três linhas de preocupação fundamentais: as contingências e condições do trabalho mineiro; a emergência e consolidação de um grupo social industrial — embora rude e de qualificação baseada no trabalho-força e no risco profissional — que se constitui em ambiente rural; a gestão da conflitualidade económica gerada por estas novas «forças do progresso».

Para tal, Paulo Guimarães conduz-nos a uma contextualização do seu objecto muito cuidada e completa. Os dois capítulos que integram a primeira parte do livro — intitulada «Os minérios dos estrangeiros que se exportavam» — correspondem a esse enquadramento de história económica onde, entre outros, são inventariados os recursos naturais do país (tais como a ciência geológica aplicada foi capaz de os detectar), sintetizadas as formas de concessão que o Estado português adoptou para o seu aproveitamento e descritas as empresas que, sucessivamente, ex-

ploraram as diversas jazidas minerais do território alentejano.

Na segunda parte — sob o título «A transformação do meio rural» —, a dimensão sociológica da análise torna-se predominante e começa o recurso às importantes fontes arquivísticas locais que o autor explorou judiciosamente: por exemplo, a evolução da mão-de-obra rural (do Alentejo) e dos seus movimentos geográficos e de deslocação da agricultura para a mina (e desta para os trabalhos públicos de «estradagem», quando a crise sobrevinha) ou a tendência para a reprodução familiar (masculina) da actividade de trabalhador mineiro.

A descrição do trabalho nas minas é muito rica, podendo agora ser mais facilmente enquadrável e compreensível no âmbito de um esquema analítico mais vasto, sociologicamente significativo.

Enfim, com o capítulo dedicado à construção da vida social destas comunidades, percebe-se como, em parte, se rompem os laços com o ordenamento das vivências rurais; em parte, apenas estas se transformam, dando lugar, em todo o caso, a novas práticas, ritualizações e artefactos culturais. Para os quais, de resto, não deixam de contribuir os líderes locais tocados pelo discurso reivindicativo e justiceiro do sindicalismo, que são tratados mais detalhadamente na última parte do livro. Entretanto, dimensões extratrabalho da vida social local, em busca de uma afirmação de identidade própria, são objecto de cuidadosa análise e ponderação com base em fontes diversas, algumas já associativas ou de

imprensa, outras de observadores da época, e também de arquivos administrativos ou locais.

A terceira parte da obra designa-se por «Indústria e conflito». Abre com uma descrição breve da evolução das formas de violência e conflito ligadas à formação deste grupo trabalhador (no sentido de E. P. Thompson), que levaram do motim não preparado (1865, em São Domingos, ou 1879, em Aljustrel) à descoberta da arma da greve nas vésperas da República. Em seguida, o autor concentra-se sobretudo no período que vai desde a dinâmica ofensiva operária multiplicada pela mudança de regime político até à instalação do corporativismo nos anos 30, passando pelas conjunturas da guerra e do pós-guerra e pelos últimos anos do sindicalismo revolucionário, que aqui se concretizou sobretudo pela eclosão da greve de Outubro-Novembro de 1932 nas minas de São Domingos. A análise torna-se necessariamente mais política, porque inscrita em conjunturas nacionais (e externas), embora os factores locais permaneçam igualmente determinantes. Por isso, ganha relevo uma narrativa menos inovadora, assente nomeadamente nas relações destes grupos comunitários dispersos com o movimento operário nacional, abrindo espaço para o papel de intermediários sociais (e «tradutores» políticos) que são os militantes sindicalistas, as organizações obreiras e a imprensa de classe. Foi o caso de homens como Francisco Valadas Ramos Jr., Manuel Patrício, António e Valentim Adolfo João ou

Emídio Santana, este na qualidade de animador da Federação Metalúrgica e Mineira, que tenta, já em 1931, um reagrupamento de forças para um combate decisivo contra o regime da ditadura.

Embora de forma não muito explícita, percebe-se como a observação de vestígios arqueológicos dos sítios, alguns ainda activos (habitações, etc.), e os testemunhos orais de pessoas originárias ou marcadas pelas referidas comunidades auxiliaram o autor na compreensão e restituição organizada dos ambientes populares e das lógicas de acção colectiva.

Em todo o caso, o tipo de fontes porventura mais decisivas neste estudo e até agora menos utilizadas — ou totalmente inexploradas — foi certamente o dos arquivos municipais, bem como os distritais e dos ministérios relevantes (interior e serviços mineiros), já que, como nos é explicado pelo autor, desta vez foi impossível mobilizar para a análise os arquivos de empresa.

Numa breve apreciação de síntese, pode considerar-se que *Indústria e Conflito no Meio Rural* constitui um excelente contributo para a historiografia portuguesa moderna, colocando no foco da análise um pequeno sector do nosso mundo social do trabalho, mas bem específico e, como tal, estudado devidamente em alguns outros casos de sociedades industriais. Por alguma razão, de resto, os mineiros figuravam num clássico estudo de Kerr e Siegel como o grupo trabalhador de mais alta propensão para a greve.

O trabalho de Paulo Guimarães é, pois, merecedor dos maiores encómios (a despeito de uma revisão tipográfica menos rigorosa). É-o também pela adequada estrutura de apresentação, pela linguagem limpa, pela elegância com que cita as obras de referência histórica mais susceptíveis de permeabilizações ideológicas. Até a dimensão do texto, aparentemente excessiva para um trabalho académico de mestrado, o aproxima de uma tese de doutoramento — que, de resto, o autor está em vias de concluir, ainda e sempre no espaço da região alentejana e no âmbito da história económica e social.

Os mineiros do Alentejo parecem ser agora um tema esgotado por este estudo. Mas, da mesma forma que investigações antigas sobre o operariado deixaram imensas lacunas por preencher e aprofundamentos para realizar, também o presente tema poderá vir a ser retomado noutras perspectivas ou noutras conexões, entre as quais podemos sugerir duas.

Uma primeira diria respeito às ligações económicas da actividade mineira com sectores adjacentes, nomeadamente os transportes ferroviários e marítimos (com o interessante caso do porto do Pomarão para escoar o produto da mina de São Domingos). Em ambos os sectores, a organização do sindicalismo da I República tinha presença assinalável, mas, aparentemente, não terá existido grande cooperação com os sindicatos mineiros. Porquê?

A segunda conexão — esta sobretudo social — convoca, simultaneamente, as articulações entre a

actividade mineira e o trabalho agrícola, por um lado, e as mobilidades e contactos tecidos entre o Alentejo e a Andaluzia vizinha, por outro. São pistas já em tempos levantadas por investigadores como Villaverde Cabral, Pacheco Pereira ou António Ventura, que poderiam constituir novos «filões» a explorar agora com o impulso de várias observações registadas por Paulo Guimarães. Com efeito, quer olhemos para a actividade contrabandista da fronteira, quer para os movimentos migratórios da mão-de-obra agrícola, quer ainda para as «passagens a salto» de militantes e perseguidos políticos e sociais entre os dois territórios nacionais contíguos, parecem existir indícios suficientes que justifiquem pesquisas directamente orientadas para a exploração e aprofundamento destas relações intersectoriais e interfronteiriças.

JOÃO FREIRE